

Moscú, 6-12 de setembro de 1998; Bruxelas, 4-10 de abril de 1999; Berlim, 10-16 de outubro de 1999 e Djakarta outubro de 2000.

Cumprindo ritual que se repete em todas as Conferências da U.P.I., a Dra Karla Schaeffer, Secretária Administrativa do Grupos e da Delegação, realizou com sabedoria, intenso e dedicado trabalho, sacrifício e desprendimento, a assessoria dos Parlamentares.

Trabalho excelente da Dra. Karla.

É digno de registro a assistência do Embaixador Dr. José Ferreira Lopes. Muito prestimoso e assíduo aos trabalhos da 99ª Conferência Interparlamentar.

Finalmente, destaco o assessoramento da Dra. Maria Clara de Abreu Rocha, 3º Secretário do MRE, inteligente, preparada e excelente redatora dos assuntos mais urgentes e necessários para o grupo brasileiro, discutir e votar. Solicitamos de Vossa Excelência, caso possível, fazer registro ao Ministério das Relações Exteriores do magnífico assessoramento da Dra. Maria Clara.

Honra-me, com justificado júbilo o mais efusivo e merecido agradecimento a Vossa Excelência por sua resolutiva decisão, na indicação do nosso nome para Chefiar a Delegação brasileira. Aceite nossa gratidão e os protestos do mais que merecido apreço.

Atenciosamente, Deputado **Nilson Gibson** (PSB – PE).

O SR. JAIR BOLSONARO (PPB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados há alguns anos vivemos no Brasil o governo de exceção, depois passamos para o governo de transição e, agora o governo da "entregação".

Digo isto porque, nesta semana, o General norte-americano Patrick Hughes, chefe do órgão Central e Informação das Forças Armadas Americanas, numa palestra para uma platéia de professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts – vale lembrar que o professor naquele país é valorizado, ao contrário do que ocorre no nosso, pois é uma classe relegada a terceiro plano – pregou a intervenção norte-americana na Amazônia, sob o pretexto de preservar o meio ambiente.

Vale lembrar que com o início do Projeto Calha Norte, nascido em 1985, no Governo Samey, começaram a ser instalados alguns pelotões na fronteira da Amazônia com o objetivo de servir de pólo de colonização, que, em última análise, iria consolidar a nossa faixa de fronteira com os países ao norte da América do Sul.

O americano, vendo isso, estimulou a indústria da demarcação de terras indígenas. Desta forma, onde havia pelotões de fronteira, superposto a este, foram demarcadas terras indígenas. A terra indígena mais conhecida é a ianomami, uma área equivalente a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 8 mil índios existentes lá dentro – apenas 8 mil índios. Mas, então, essa indústria acabou inviabilizando esse projeto.

Até vale uma observação neste momento: realmente, a Cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país – se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro; recomendo apenas o que foi idealizado há alguns anos, que sea demarcar reservas indígenas em tamanho compatível com a população.

Agora, Sr. Presidente, o general norte-americano preconiza a interferência militar na Amazônia, tendo como pretexto a preservação do meio ambiente. Particularmente, colocando-se no lugar deles, eles estão muito certos. Afinal de contas, Bismark disse há algum tempo: "As riquezas naturais nas mãos de quem não sabe ou não as quer esperar constitui permanente perigo para quem as possui". E aqui no Brasil a nossa Amazônia está relegada a terceiro plano também, como os professores.

A nossa Constituição é muito clara quando se refere às reservas indígenas. No seu art. 48, ela dispõe que: "Cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, (...) dispor sobre todas as matérias de competência da União". E o art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias assevera: "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição". Então, quem deveria ter demarcado aquelas terras era a União, ou seja, nós, votando nesta Casa um projeto nesse sentido, e o Governo Federal sancionando-o, mas isso não aconteceu.

Sr. Presidente, até mesmo apresentei projeto de decreto legislativo para tomar sem efeito a reserva ianomami há alguns anos, e a urgência foi votada dia 30 de agosto. Essa urgência foi votada no dia 30 de agosto de 1995. Para minha surpresa, até mesmo os Deputados da bancada amazônica votaram em peso contra esse projeto de decreto legislativo. Fomos derrotados pelo placar de 290 contra 125 votos. Antecedeu essa votação a vinda do Minis-

tro da Justiça Nelson Jobim, que agora é o Líder do Governo no Supremo Tribunal Federal, ou seja, começa a se institucionalizar a politicalha no Supremo Tribunal Federal com a permanência desse Ministro lá. S. Ex^a pregou, na oportunidade, que eu estava completamente equivocado com relação a esse episódio.

Para concluir, o que a Amazônia tem de importante, Sr. Presidente? As riquezas minerais já inexistentes nos Estados Unidos e nas grandes potências. Esses países precisam desses mineiros para sua sobrevivência. Também a biodiversidade dispensa qualquer comentário sobre sua importância. A abundância de fontes de águas potáveis, inexistente já na maioria dos países do Primeiro Mundo, segundo dizem, poderá ser uma das causas da terceira guerra mundial. Uma das maiores reservas de gás do mundo poderá ser a energia de transição quando terminar o ciclo do petróleo. Finalmente, grandes espaços vazios poderão, no final da missão da conquista da Amazônia, servir para alocar a população excedente existente no Primeiro Mundo.

O Congresso Nacional tem de parar de pensar pequeno e pensar no Brasil. A região Norte é a solução para o País. Não podemos ficar esperando projetos do Executivo para barganhar o prestígio ou até mesmo dinheiro. Devemos pensar no Brasil, o que lamentavelmente esta Casa não tem feito.

O SR. B. SÁ (PSDB – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, pouco antes de o Senador José Serra tomar posse no Ministério da Saúde, tive oportunidade de saudá-lo, ao tempo em que dizia da minha expectativa em que S. Exa. tivesse à frente daquela Pasta um resultado favorável. As primeiras medidas adotadas pelo Ministro da Saúde revelam que minha esperança começa a se confirmar favoravelmente.

O Ministro José Serra mostrou preocupação ao deslocar diretamente a linha de frente do combate ao mosquito da dengue para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. S.Exa. enfatizou a necessidade de se ter naquele Ministério o assessoramento de sanitaristas, pessoas que verdadeiramente entendem, na prática, de saúde pública.

Por último, o Ministro José Serra chamou a atenção para a revitalização e a importância da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que não pode ser extinta. Ao contrário, deve ser revista e revigorada, visto que a ausência das campanhas preventivas, que outrora eram feitas pelos antigos guardas da Sucam, os mata-mosquitos, é que está a fazer

recrudescer essas endemias em alguns pontos do País, até com caráter epidêmico, como é o caso da dengue, da malária, da febre amarela, da doença de Chagas e assim por diante.

Gostaria também, mais uma vez, de abordar um assunto, na área da saúde, extremamente grave e que existe por todo o interior do meu Estado, o Piauí, onde não é exceção. Não há hoje um cargo em comissão, um cargo público mais disputado no interior do Estado do Piauí do que o de diretor de hospital público. Poderíamos imaginar alguém interessado em fazer um trabalho adequado com relação a procedimentos de combate às doenças ou de promoção da saúde. Na verdade, isso não existe.

Na imensa maioria dos casos, como se tem assistido em vários pontos do interior do meu Estado, o cargo de diretor de hospital está sendo usado, mais uma vez, como moeda de troca de voto. As pessoas que lá se encontram, invariavelmente, utilizam os poucos recursos alocados para aquele hospital de forma extremamente delituosa, havendo até casos de desvios grosseiros, com prejuízos brutais para a população. O Ministro José Serra precisa urgentemente cuidar dessa situação, que creio, infelizmente, não seja exclusiva do meu Estado. As AIH, Autorizações para Internação Hospitalar, não podem mais ser usadas indiscriminadamente, no âmbito de Secretarias Estaduais de Saúde, como moeda de voto, a ponto de se encontrar distorções grosseiras. Há cidades no interior do Estado do Piauí com hospitais públicos fechados. Nessas cidades existem hospitais particulares bem oxigenados com as AIH, que deveriam ser distribuídas para os hospitais públicos, consoante a lei do Sistema Único de Saúde. Em outras localidades nem sequer existem hospitais, mas há distribuição de AIH para esse ou aquele Município. Noutros pontos há hospitais com estrutura relativamente boa e forte, com quantidade insuficiente de unidades de capacitação ambulatorial ou de Autorização para Internação Hospitalar.

Nesse sentido, mais uma vez, desta tribuna, chamo a atenção de todos para os problemas da saúde, que são os mais diversos. Essa história de dizer que a saúde depende precipuamente de mais aporte de recursos soa como balela. Na verdade, de nada adianta acrescentar mais recursos para a área da saúde se esses desvios delituosos, se essas sangrias não forem corrigidas.

Urge que o Ministro José Serra instale o Sistema Nacional de Auditoria Médica. Sua implantação vem sendo aguardada desde a época do Ministro